

INFORME ESPECIAL

Albano acha que reforma melhora Previdência

SÃO PAULO — A reforma da Previdência Social, sua modernização, significa para o País um benefício imenso, afirmou o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano Franco, ao explicar que "alguns pontos da reforma previdenciária (cujo projeto de lei foi enviado ao Congresso Nacional) ainda têm de ser discutidos, mas no geral ela é benéfica".

Segundo Albano Franco, o atual Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, tem permitido o diálogo e isso é fundamental, pois dá condições para que todos participem das discussões e quem sai ganhando é o País, principalmente em um ponto tão fundamental como é o da Previdência.

— Creio que a reforma na Previdência brasileira será realizada ainda este ano. Há disposição firme do Governo e também dos empresários e trabalhadores para que ela ocorra, sem maiores problemas. Essa modernização no sistema previdenciário é um ponto importante para o desenvolvimento da área previdenciária. Também pensamos na evolução do benefício social que a empresa privada pode trazer ao País — afirmou Albano Franco.

Disse também que a indústria pode não concordar com alguns pontos da reforma, mas mesmo assim considera o projeto como um passo importante e "o que sentimos é o desejo de diálogo por parte das autoridades. Ninguém fechou questão, por isso o diálogo está aí sendo realizado com grande esforço em busca de pontos comuns e que tragam benefícios a todos".

— Também estamos engajados no programa do menor assistido. Realizamos reuniões no Rio de Janeiro para estudar a questão. É o atendimento de um decreto do Presidente José Sarney. A indústria tem condições de dar uma boa mão na questão do menor. Temos de aproveitar esses menores, temos de educá-los, criando cidadãos responsáveis e úteis ao Brasil. A indústria está engajada nesse programa também — afirmou o Senador Albano Franco.

— A disposição do Raphael de Almeida Magalhães de tocar para a frente a reforma previdenciária, também nos estimula a apoiá-lo. Estamos trabalhando juntos — concluiu o Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

"O projeto reduz os prejuízos que os seguradores tiveram seus benefícios por causa da política recessiva praticada entre 1979 e 1984 pelo Governo anterior"

"As reformulações apresentadas pelo Ministro da Previdência trazem enormes benefícios aos aposentados, pensionistas e, especialmente, aos trabalhadores rurais"

"Há firme disposição do Governo e também dos empresários e trabalhadores para que a reforma da Previdência brasileira ocorra ainda este ano sem maiores problemas"



Carlos Chiarelli

Algir Lorenzon

Albano Franco

Lorenzon afirma que o projeto resgata dívida com segurados

PORTO ALEGRE — "Com este projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Seguridade Social, a Nova República resgata a dívida que a Previdência Social tem, de longa data, com os segurados", avalia o Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Algir Lorenzon (PMDB). O parlamentar enfatiza que as reformulações apresentadas pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, trazem enormes benefícios aos aposentados, pensionistas e, especialmente, aos trabalhadores rurais.

Lorenzon salienta que o projeto se enquadra dentro das necessidades da Nação, respeitando os direitos dos trabalhadores e atendendo velhas reivindicações dos segurados da Previdência Social. Destaca que a reforma proposta por Raphael de Almeida Magalhães, os trabalhadores passam a ter efetiva possibilidade de participar, não somente da discussão mas, também, da orientação e fiscalização da própria administração, através dos Conselhos Tripartites no Inamps e INPS.

O parlamentar elogia o projeto, afirmando que além dessa democratização da Previdência, ele traz grande avanço social, iniciando o processo de tornar efetivamente iguais, tanto trabalhadores urbanos quanto rurais. Lorenzon aponta itens que considera extremamente significativos entre as inovações propostas, salientando, por exemplo, a ampliação do período de graça (tempo sem contribuição) para 36 meses, na sua opinião, medida de amplo alcance social. Essa iniciativa, aliada ao salário-desemprego, garante maior proteção ao

trabalhador, demonstrando as preocupações sociais do Governo.

Fundamental também é, na avaliação de Lorenzon, a integração dos Ministérios do Trabalho e da Saúde na fiscalização aos mecanismos de proteção ao ambiente coletivo de trabalho. Ela é uma medida natural, acredita o Presidente da Assembleia gaúcha, pois os três Ministérios estão diretamente vinculados na defesa de interesses da população.

Destaca, também, a igualdade de tratamento para homens e mulheres nos casos de dependentes e abono-paternidade, pois significa reconhecer uma situação que se dissemina pelo País: em alguns casos, a mulher é a cabeça-do-casal. Elogia também o fortalecimento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) e o reconhecimento dos Delegados Sindicais. Eles têm, em sua opinião, importante papel a desempenhar na proteção do trabalho, atividade que, acredita, poderão exercer verdadeiramente, pois assegura aos integrantes da Cipa e aos Delegados Sindicais estabilidade no emprego até um ano depois de exercerem seus mandatos.

Com esse respaldo, salienta, terão condições de agir com maior autonomia, defendendo os interesses dos trabalhadores, não sendo tolhidos sob a ameaça de demissões. Lorenzon também aponta a taxa de uma alíquota adicional de 2,5% para instituições financeiras, destacando defender a necessidade de alíquotas diferenciadas para empresas com grande número de empregados (que pagariam menos) e com poucos empregados, mas grande faturamento (que pagariam mais).

Para Chiarelli, modificações são valiosas

PORTO ALEGRE — A partir do entendimento de que a Previdência Social é um dos melhores instrumentos para eliminação das desigualdades e implantação da justiça social, o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, entende que o projeto de lei de Diretrizes e Bases da Seguridade Social "trouxe modificações valiosas e abrangentes". Na opinião do Senador gaúcho, as principais alterações positivas do projeto são: a fixação de um piso mínimo de garantia para a remuneração dos aposentados e a extensão do auxílio-doença aos trabalhadores rurais.

Ao destacar que qualquer análise da Previdência Social deve considerar que "ela tem uma finalidade eminentemente redistributiva", o Senador Chiarelli observa que o espírito da nova lei segue essa característica. "A Previdência é o melhor agente de distribuição da renda, pois pode fazer a transferência de renda das camadas mais altas para as mais baixas", salienta o parlamentar constituinte. Na sua opinião, esse princípio está garantido com a fixação de um piso mínimo de garantia para aposentados e pensionistas. "Atende-se diretamente cerca de cinco milhões de segurados e pensionistas com essas reformulações de cálculos", lembra.

Mesmo admitindo, como argumentação, que "o valor do benefício não é alto", Chiarelli lembra que isso, por outro lado, assegura o cumprimento da lei. E destaca, também, que a elevação da remuneração dos menores beneficiários obrigará a melhoria do pagamento das camadas intermediárias. "Através de piso novo, ajuda-se a turma de baixo e, com a restauração, também a do meio será ajudada", diz o Senador.

Além de garantir remuneração mais justa e digna aos beneficiá-



"A Previdência redistribui a renda, transferindo-a das camadas mais altas para as mais baixas. Esse princípio está garantido com a fixação de piso mínimo para os previdenciários"

CARLOS ALBERTO CHIARELLI é Senador e Constituinte pelo PFL

rios da Previdência, Chiarelli resalta que o aumento no valor das aposentadorias repara uma grande injustiça. "Esse projeto reduz o prejuízo que os segurados tiveram nos seus benefícios, devido à política recessiva praticada entre 1979 e 1984 pelo Governo anterior", enfatiza. Para o Senador, com a elevação, "os benefícios recuperam o valor que teriam se o cálculo não fosse com base em índices manipulados e minimizados através de uma política sala-

rial achatada, devido à recessão vivida pelo País".

Ao concordar com o Ministro Raphael de Almeida Magalhães em que a política recessiva abalou a estrutura financeira da Previdência, o Senador usa de bom humor:

— A política recessiva é sempre a Aids da Previdência.

Mais do que desestruturar todo o sistema de arrecadação do sistema de previdência, a recessão, conforme Chiarelli, prejudicou muito mais os trabalhadores e beneficiários. "Como a Previdência entrou em crise porque sua receita foi brutalmente diminuída em consequência do aumento do desemprego e do arrocho salarial, para manter um mínimo de estabilidade ela foi obrigada a acompanhar, nos seus cálculos para pagamento, os mesmos princípios da política recessiva", explica o parlamentar. Agora, continua o líder do PFL, "os prejuízos dos segurados serão reduzidos através da modificação nos cálculos que levam em conta aquelas desvantagens".

Como antigo advogado de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o Senador Chiarelli considera que outra das modificações mais expressivas do projeto apresentado pelo Ministério da Previdência é a extensão do auxílio-doença aos trabalhadores do campo. Lembrando que esta é "uma reivindicação que já completa quase duas décadas de luta", Chiarelli salienta que fica atendida uma questão vital para esse segmento dos trabalhadores.

Destacando as precárias condições de existência a que ainda estão submetidos os trabalhadores rurais, Chiarelli diz que quando está doente, o agricultor "necessita de mais recursos para cobrir as despesas decorrentes da situação, e, também, garantir o sustento de sua família".

Mercado cresce com criação da Susep em 1977

SÃO PAULO — A previdência privada é um setor que cresce e vê o mercado com euforia desde 1977, quando foi criada a Superintendência dos Seguros Privados (Susep). Até então, o que existia no País eram os montepios, aos quais o associado pagava durante 15 a 20 anos, mas não havia qualquer regulamentação a respeito. Não havia, portanto, fiscalização.

Segundo uma técnica da Delegacia Regional de São Paulo, com a Lei 6435, de 15 de julho de 1977, o Governo passou a regulamentar a atividade. O Governo deu prazo para os montepios se regularizarem e se readaptarem às novas exigências legais. Mas 80% das entidades em atividade não se apresentaram para tentar a regulamentação, confirmando sua natureza especulativa. "Eram verdadeiras arapucas", comenta a técnica.

Mas ficou um problema para o futuro. Todos os segurados, que já haviam contribuído durante anos, começaram a chegar ao tempo do resgate e a constatar que a correção fixa, aceita quando da assinatura do contrato, representava uma brutal desvalorização.

— O dinheiro que o segurado ia receber, mal dava para uma passagem de ônibus —, comenta a técnica da Susep. Somente quando técnicos e fiscais da Susep começaram a ler os contratos é que se percebeu o problema, que aliás, diz a técnica, "não tem solução". Contratos assinados sem a leitura atenta, por gente que confiou nos planos, levou a esse tipo de engodo que, hoje, parece ser tão cruel, mas serão cumpridos.

Previdência privada recebe mudanças com euforia

SÃO PAULO — A tentativa de reformulação da Previdência Social pelo Governo está sendo recebida com euforia pelas empresas de previdência privada, que entendem que o projeto-de-lei enviado ao Congresso favorecerá a maioria da população, obrigando os de maiores salários a procurar a complementação de suas rendas nos muitos planos em oferta no mercado privado. O comentário foi feito pelo Gerente da Prever Previdência Privada SA, Celso de Syllos.

Em 1986 o setor de previdência privada reuniu 115 empresas, das quais 64 eram consideradas sem fins lucrativos e 51 empresas de sociedade anônima. Em março de 1987, esse número caiu para 87, sendo que a maioria é com fins lucrativos. Os dados foram fornecidos pelo Sindicato das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização no Estado de São Paulo. Das empresas que saíram do mercado, a maioria é constituída por antigos montepios, considerados, ainda hoje, uma mácula para a imagem da previdência privada a ser removida.

Dados do Sindicato revelam que o setor movimentou CZ\$ 10 milhões em 1986, com cinco milhões a seis milhões de pessoas e um potencial de crescer para até 25 milhões de associados brasileiros.

A euforia que há no mercado se justifica, segundo dados do Sin-

dicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, pelo crescimento do patrimônio do mercado, que em 1981 era de 11 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) e aumentou, em 1985, para 25 milhões de OTNs, representando crescimento real de 254,17 por cento, em um período em que a variação das OTNs atingiu 5.109 por cento. No ano passado, o setor movimentou CZ\$ 15 bilhões, arrecadando CZ\$ 4 bilhões e somando CZ\$ 2 bilhões de benefícios pagos.

A importância desses números, segundo Celso de Syllos, faz acreditar que a política do Governo somente poderá beneficiar as empresas de previdência privada.

— O anteprojeto tem princípios básicos que levam ao maior atendimento da população de baixa renda. O primeiro princípio é o da seletividade, de critério social a favor do segurado de menor renda. Quem ganha mais vai contribuir mais, mas sem receber mais por isso. O segundo princípio é o da universalização, pois, o projeto atingirá os trabalhadores rurais, os domésticos e a população trabalhadora que até hoje estava fora dos cadastros oficiais. O terceiro princípio, por isso mesmo, é o da ampliação dos benefícios, que terá seus tetos aumentados — explicou Celso Syllos.

Segundo essa análise, explica Syllos, o sistema capitalista bra-



O projeto favorece a maioria da população dependente de benefícios

sileiro está transferindo para a iniciativa privada a manutenção de status quo, do padrão de vida das pessoas de melhores salários. "o que, aliás, ocorre no mundo inteiro, e somente agora passará a ser usado no Brasil".

— Essa nova formulação da previdência social, levará, tanto as pessoas de melhor renda, como as empresas que as contratam, a

ter programas e planos pré-estabelecidos de previdência privada como forma de atribuir e manter bons profissionais. Quanto ao indivíduo, o fato de ter já um incentivo oficial de que pode aplicar até CZ\$ 150 mil anualmente, com isenção do Imposto de Renda, certamente fortalecerá o mercado, que tem as mais variadas e amplas opções de planos — explica Syllos.

Empresas garantem que o País, passa por fase de crescimento

SÃO PAULO — Três das maiores empresas do setor da previdência privada, que segundo seus dirigentes estão situadas entre as dez maiores, analisam de formas diversas o atual momento econômico do País e as modificações pelas quais poderá passar a previdência social. Para a Prever — Previdência Privada SA — o momento é de euforia. A Sul América SA encara com normalidade, mas entende que o momento é de crescimento e que as decisões na área oficial não afetarão o mercado. Mas a direção da Aposentec vê na multiplicidade de opções de investimento, principalmente as cadernetas de poupança com liquidez mensal, que tiram o potencial de crescimento das suas vendas.

Para a Prever, empresa surgida em 1982, a partir da Associação dos Bancos Bamerindus, Nacional e Unibanco, o ano de 1986 foi excepcional. Considerada a segunda colocada no ranking das empresas de previdência com fins lucrativos, a Prever obteve um resultado operacional de CZ\$ 366 milhões, com lucro líquido de CZ\$ 23 milhões e receitas oriundas de planos de CZ\$ 180 milhões, apontando crescimento real de 64,3%. A empresa conta, hoje, com 125 mil segurados contratados.

Desde sua fundação, segundo o Gerente da empresa, Celso de Syllos, a Prever vem mantendo expressiva taxa de crescimento.

Para o Diretor Comercial da Aposentec, Roni Amorim Bastos, a multiplicidade de opções de investimento que há no mercado tem levado à redução no volume de vendas de planos. Para ele, a previdência privada, hoje, é um excelente negócio a longo prazo.

O Diretor Comercial da Aposentec diz que cerca de 30% dos segurados estão nas faixas de contribuição mais baixas, com 30% nas faixas intermediárias, de CZ\$ 500,00 a CZ\$ 700,00 e somente 10% na faixa mais cara. Ele anunciou uma campanha institucional para incentivar a previdência privada como garantia do futuro.

Para o técnico encarregado da América do Sul, Francis Kano, o mercado vem mantendo um crescimento uniforme. Ele acredita na importância do aumento da parcela a ser descontada no Imposto de Renda.

Como os demais empresários, Kano defende o total saneamento do setor, limpado da imagem negativa deixada pelos montepios. Segundo Kano, essa é a maior preocupação, já que a instabilidade na política econômica não tem afetado o mercado.